

Nas margens do emprego, no centro da pandemia: experiências de desproteção e vulnerabilidade social no Grande Confinamento

*On the Margins of Employment, in the Centre of the Pandemic: Experiences of
Unprotection and Social Vulnerability in the Great Lockdown*

*En marge de l'emploi, au centre de la pandémie : expériences de non-protection
et de vulnérabilité sociale durant le Grand Confinement*

Jorge Caleiras, Renato Miguel do Carmo, Isabel Roque e Rodrigo Vieira de Assis



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/rccs/13518>

DOI: 10.4000/rccs.13518

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2022

Paginação: 159-182

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Jorge Caleiras, Renato Miguel do Carmo, Isabel Roque e Rodrigo Vieira de Assis, «Nas margens do emprego, no centro da pandemia: experiências de desproteção e vulnerabilidade social no Grande Confinamento», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 128 | 2022, publicado a 18 outubro 2022, consultado a 22 outubro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/13518> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.13518>



Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional - CC BY 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

JORGE CALEIRAS, RENATO MIGUEL DO CARMO, ISABEL ROQUE,
RODRIGO VIEIRA DE ASSIS

Nas margens do emprego, no centro da pandemia: experiências de desproteção e vulnerabilidade social no Grande Confinamento*

A insegurança permanente e a desproteção social tornaram-se estruturais no mercado de trabalho. A pandemia de COVID-19 revelou e agudizou estes processos, que se encontram na origem da acumulação de múltiplas vulnerabilidades socioeconómicas, relacionais e existenciais. O período de confinamento conduziu a situações de estagnação laboral e as desigualdades e vulnerabilidades, ainda decorrentes da Grande Recessão, agravaram-se através da dicotomia social entre os trabalhadores considerados essenciais e não essenciais. O artigo analisa as dinâmicas recentes deste fenómeno a partir das trajetórias de vida de trabalhadores em Portugal. Com base nestas experiências, recolhidas por meio de 53 entrevistas em profundidade e de um *follow-up* de 14 casos durante a pandemia, pretende-se refletir sobre os efeitos multidimensionais que emergem dos percursos de participação destas pessoas no mercado de trabalho.

Palavras-chave: pandemia; políticas públicas; precariedade laboral; proteção social; trajetórias de vida.

Introdução

Em março de 2020, o efeito pandémico, que conduziu em Portugal à declaração do Estado de Emergência e ao confinamento,¹ incutiu graves transtornos no mercado de trabalho e muitos dos trabalhadores vulneráveis e desprotegidos viram-se colocados numa nova condição social de *desempregados*

* Este artigo resulta da investigação do projeto “EmployALL – A crise do emprego e o Estado social em Portugal: deter a produção de vulnerabilidades sociais e de desigualdades” (PTDC/SOC-SOC/30543/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), e foi elaborado em colaboração com a Atividade 2 do projeto “ART. 63 – O direito à segurança social e a crise: o retrocesso social como normalização do estado de exceção financeira” (PTDC/DIR-OUT/32096/2017), financiado com fundos nacionais por intermédio da FCT.

¹ A 18 de março de 2020 foi decretado o Estado de Emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020).

imediatos (Caleiras e Carmo, 2020).² Foram as primeiras vítimas laborais de uma crise que começou por ser sanitária, mas logo teve efeitos nefastos na economia e no emprego. A sociedade e a economia estavam ainda muito marcadas pela pesada herança deixada pela crise de 2008, com origem financeira, bem como por problemas estruturais persistentes, como mostram os níveis salariais baixos,³ as elevadas desigualdades na distribuição de rendimento ou o grau de segmentação e desproteção social no mercado de trabalho – onde quase um quinto dos trabalhadores tinham contratos não permanentes ou temporários (Mamede *et al.*, 2020) e os trabalhadores informais representavam cerca de um oitavo do emprego total (ILO, 2018).

A recuperação da economia portuguesa desde 2013, e até ao eclodir da pandemia, ocorreu em paralelo com uma melhoria nos números do emprego. A taxa de desemprego registou uma queda muito acentuada para valores que não se observavam desde 2003, enquanto o emprego voltou a registar níveis próximos dos observados antes da crise financeira.⁴ Mais recentemente, o mercado de trabalho parece ter resistido aos efeitos nefastos da COVID-19 na atividade económica,⁵ reflexo, em parte, das medidas de proteção dos postos de trabalho, especialmente o regime de *lay-off* simplificado,⁶ e da adoção do teletrabalho⁷ (Caleiras e Carmo, 2022).

Com estas melhorias quantitativas, porque não estavam segmentos significativos de trabalhadores suficientemente protegidos das ondas de choque socioeconómico da pandemia? Uma explicação é que quando o crescimento do emprego retomou com a conjuntura de recuperação económica

² No mês imediatamente anterior, fevereiro, o desemprego registado tinha sido de 315 562 pessoas, em março passou para 343 761, em abril disparou para 392 323 e em maio subiu para 408 934 (IEFP, 2020). Após esta vaga inicial, e apesar de o PIB ter registado uma contração de 7,6% em 2020 – “a mais intensa da atual série de Contas Nacionais, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica” (INE, 2021: 1) –, o desemprego ficou abaixo das previsões no resto do ano, e assim continuou durante 2021, revelando pouca variação, embora com diferenças entre grupos e territórios, e oscilações temporais relacionadas com os períodos de confinamento e desconfinamento (Távares *et al.*, 2021).

³ Os salários tiveram um crescimento abaixo do que seria de esperar, quer pela posição cíclica da economia antes da pandemia, quer pela redução do grau de subutilização no mercado de trabalho. Com as restrições à mobilidade, a análise da evolução deste último indicador é particularmente relevante. A conjugação de baixo desemprego e crescimento salarial modesto tem sido referida como um “puzzle” económico (Martins e Seward, 2020). Uma das explicações prende-se com o facto de a taxa de desemprego oficial não captar inteiramente o nível de subutilização no mercado de trabalho (Caleiras e Caldas, 2017).

⁴ Em 2013, a taxa de desemprego atingiu o valor histórico de 16,2%, baixando em 2019 para 6,5%. A taxa de emprego chegou aos 49,6% em 2013 e recuperou para os 55,3% em 2019.

⁵ Em 2020, a taxa de emprego baixou apenas para 54%, enquanto a taxa de desemprego foi de 6,8%, continuando a baixar durante o ano de 2021.

⁶ Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março.

⁷ Sobre o regime de teletrabalho, a nova Lei n.º 83/2021, de 6 de dezembro, entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022.

(absorvendo, aliás, parte significativa do desemprego gerado no tempo da Troika), prevaleceram políticas formuladas com foco nos aspetos quantitativos do emprego e no lado da oferta. O emprego criado concentrou-se na quantidade, descuidando a qualidade dos empregos disponíveis e os graves efeitos estruturais da natureza temporária dos contratos bem como a precariedade das condições de trabalho, nomeadamente ao nível de lacunas na cobertura de proteção pelo sistema de segurança social. Muitos dos novos empregos criados eram, na realidade, maus empregos.⁸

Um breve olhar comparado entre as crises financeira e pandémica permite verificar particularidades na evolução de dois indicadores importantes: o peso relativo de contratos a termo certo e a taxa de desemprego. A evolução da percentagem de trabalhadores com contratos a termo certo foi bastante distinta, com uma queda expressiva em 2020, o que não aconteceu anteriormente. Por outro lado, a taxa de desemprego sofreu várias oscilações durante a crise pandémica, enquanto na anterior ocorreu um crescimento progressivo (Marques e Guimarães, 2021). Se na crise financeira o desemprego aumentou continuamente, sem variação significativa no peso dos contratos a termo, na crise pandémica este peso caiu de forma acentuada, deixando claro que o desemprego afetou de forma desproporcional os trabalhadores com vínculos precários, ou seja, os mais expostos e vulneráveis.⁹

Estes trabalhadores foram os que, em primeira linha, mais sofreram na pele as consequências devastadoras da pandemia; e nem mesmo o *lay-off* simplificado conseguiu evitá-las. Completamente expostos às quebras na procura (interna e externa) devido ao confinamento, muitos foram autenticamente “varridos” do mercado de trabalho, incluindo trabalhadores imigrantes. Alguns, ligados direta ou indiretamente ao turismo, restauração e alojamento, tinham sido precisamente aqueles puxados pela alavanca do crescimento económico no período pós-Troika. Reabsorvidos por vezes em condições ainda mais precárias, foram os primeiros que o mercado de trabalho dispensou. Duplamente desprotegidos, no emprego e no desemprego,

⁸ A qualidade do emprego é medida através de um índice composto por seis dimensões: salários, formas de emprego e segurança no trabalho, tempo de trabalho e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, condições de trabalho, competências e desenvolvimento de carreira, e representação do interesse coletivo (Piasna, 2018).

⁹ Até ao segundo trimestre de 2021 foram destruídos mais de 172 000 empregos, dos quais 148 500 por conta de outrem. A destruição afastou primeiro os trabalhadores com vínculos mais precários, a tempo parcial e com menor tempo de serviço (até quatro anos). Foram 153 300 trabalhadores contratados a prazo e 32 400 com outro tipo de contratos, nomeadamente “falsos recibos verdes”, compensados, ainda assim, por uma subida do número de contratados sem termo (37 100). A destruição também foi diferenciada por sexo e idade (Almeida, 2021).

muitos ficaram numa zona cinzenta ou em “terra de ninguém”, à margem das políticas públicas (Caleiras e Carmo, 2020).

O objetivo deste artigo é analisar as experiências por detrás dos números dos trabalhadores que transitam numa lógica de rotatividade entre empregos inseguros, desprotegidos, desregulados e mal remunerados, alternando entre situações de precariedade e desemprego, sem conhecerem o que é a segurança e a estabilidade. Quem são estes trabalhadores? Porque foram imediatamente atingidos pelo desemprego? Como atravessaram e vivenciaram a crise pandémica? As múltiplas dimensões inerentes a estas questões serão aqui analisadas através dos resultados de um estudo sociológico qualitativo, conduzido com recurso a entrevistas aprofundadas a 53 trabalhadores (aplicadas entre setembro de 2019 e dezembro de 2020) e a 14 entrevistas de *follow-up* realizadas entre março e agosto de 2020 (abrangendo, assim, o primeiro confinamento). Procurar-se-á, assim, compreender a difícil realidade destes trabalhadores (em alguns casos com empregos dificilmente categorizáveis) e que com a pandemia sofreram (mais) um revés nos seus (frágeis) percursos de participação no mercado de trabalho.

À luz deste olhar, é possível identificar que as alterações ocorridas no contexto particular da pandemia refletem a preexistência de problemas acumulados, nomeadamente a multiplicação, diversificação e complexificação de trajetórias sociolaborais tendencialmente descendentes. Várias dimensões foram impactadas e merecem ser consideradas: das mais objetivas (contratos e rendimentos) às mais subjetivas e existenciais/relacionais (alterações no quotidiano), passando pelas estratégias individuais e institucionais acionadas, incluindo o papel das políticas. Interligadas no seu conjunto, estas permitem compreender experiências caracterizadas, em geral, por múltiplas desvantagens e perdas significativas nas diversas esferas da vida (e não apenas laborais).

O artigo estrutura-se da seguinte forma: na primeira secção faz-se o enquadramento teórico-metodológico do estudo; na segunda abordam-se as transições ocorridas nos percursos de participação no mercado de trabalho e apresenta-se uma tipologia de trajetórias laborais; posteriormente analisam-se os impactos e as experiências vividas no contexto da pandemia, ilustrando com casos concretos e identificando variações; a quarta secção foca-se nos modos de enfrentamento. Por fim, conclui-se com uma breve reflexão sobre o processo de precarização do trabalho, as dinâmicas institucionais em que ele se desenvolve e cristaliza, e os riscos que ele comporta caso nada seja feito.

1. Enquadramento teórico-metodológico

A pandemia tornou bem patentes as fragilidades da nossa sociedade e do sistema económico capitalista. No capítulo “A sul da quarentena”, Santos (2020) destacava vários grupos sociais¹⁰ que tinham em comum uma especial vulnerabilidade que, preexistindo à quarentena, se agravaria com ela: entre eles, os trabalhadores precários, informais, ditos autónomos. E questionava o que significaria a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que ocorre uma crise económica. Após cinco décadas em que as políticas neoliberais produziram uma erosão nos direitos dos trabalhadores, desigualdades e segmentação à escala mundial, este grupo tornou-se globalmente dominante no Sul e em largas franjas no Norte. Durante a pandemia, foi dos que mais sofreu, além de ter sido determinante na destruição de emprego (ILO, 2021a, 2021b).

No ensaio “The Pandemic Will Split the United States in Two”, Pinsker (2020) referia-se a duas experiências laborais distintas. A primeira é a dos trabalhadores com altos níveis de educação e empregos estáveis, entre os quais o teletrabalho é exequível. As suas vidas são mais stressantes, as rotinas do trabalho alteram-se, os cuidados com os filhos são desafiantes e sair de casa é uma ameaça constante. A outra experiência é vivida pelos restantes trabalhadores, ou seja, aqueles que não podem trabalhar a partir de casa e que colocam a sua saúde em risco diariamente, cujos empregos são perdidos e rendimentos reduzidos. A pandemia veio denunciar e exacerbar esta disparidade, cuja diversidade de situações não se pode reduzir a uma mera perspetiva dicotómica.

Trata-se de um problema que não é novo. Possui na sua génese um conjunto de causas interligadas, mais remotas (economia global, processos de liberalização, deslocalização de atividades produtivas, agenda neoliberal baseada na ultracompetição) ou mais próximas (cadeias produtivas perigosamente longas – como a pandemia evidenciou –, financeirização da economia, aceleração tecnológica, fragilização do movimento sindical). Simultaneamente, as políticas macroeconómicas abandonaram a ideia do pleno emprego, substituindo-a por uma conceção liberal de empregabilidade que, ao relativizar o direito ao emprego, conduziu a uma tendência para a responsabilização individual (Lefresne, 2005).

É sabido que a globalização económica, a interpenetração dos mercados e a desregulamentação implicaram mudanças profundas no modo de operar

¹⁰ Mulheres, idosos, moradores nas periferias pobres das cidades, sem-abrigo, deficientes, refugiados, migrantes indocumentados, entre outros, que no seu conjunto constituem a maioria da população mundial.

das empresas. Nestes processos, os trabalhadores ficam mais vulneráveis às consequências da competição (interna e externa) e, por isso, particularmente sujeitos a ajustamentos contínuos e “flexibilidades” (Wright, 1997; Standing, 2011; Carmo e Cantante, 2015). A duração dos contratos, por exemplo, reduziu a tal ponto que a noção de “emprego para toda a vida” se diluiu (Sennett, 1998). Relatórios internacionais têm apontado para mudanças no modelo de emprego *standard* e com direitos laborais, para o aumento do trabalho precário e sem direitos garantidos, bem como para a elevada heterogeneidade no mercado de trabalho e mesmo situações contraditórias (coexistência de segmentos profissionais qualificados com outros menos qualificados) (ILO, 2015; OECD, 2016).

Contudo, a precariedade nas sociedades contemporâneas não é uma questão fácil de apreender, quer do ponto de vista concetual, quer estatístico (Kretsos, 2010; Standing, 2011). As dificuldades decorrem da própria natureza heterogénea do problema do trabalho precário. Este está relacionado com a instabilidade e insegurança contratual, com contratos temporários ou a tempo parcial involuntários, e ainda com profissões pouco qualificadas e baixos níveis salariais. Por outro lado, relaciona-se também com a falta de controlo (fiscalização) sobre as condições de trabalho, dificuldades de ação por parte das organizações sindicais (Costa *et al.*, 2014; Estanque, 2014) e debilidades nos sistemas de proteção social (direitos e regimes de enquadramento). São recorrentes as descontinuidades (intermitências) nos percursos de participação no mercado de trabalho, entrelaçadas com períodos de desemprego/inatividade, por vezes de longa duração e desprotegidos. Além disso, enquanto condição vulnerável, a precariedade contamina outras esferas da vida, como os rendimentos (incapacidade de fazer face às despesas), o quotidiano (alterações de rotinas, sobreviver no presente) ou a projeção do futuro (dificuldade de formular planos, de desenhar projetos de vida), convergindo, cumulativamente, para dimensões subjetivas e existenciais (Carmo e Matias, 2019; Carmo *et al.*, 2021).

No contexto europeu, a crise no emprego (especialmente entre os jovens) teve maior expressão nos países do sul da Europa que passaram por duros ajustamentos financeiros e medidas de austeridade na sequência da Grande Recessão (Gialis e Leontidou, 2016). No caso português, as medidas tomadas não contribuíram para gerar mais emprego, nem foram capazes de promover maior estabilidade profissional. Pelo contrário, ao não melhorarem os níveis de segurança contratual, o que fizeram foi aumentar a insegurança e a fragmentação do mercado de trabalho, aprofundando assimetrias sociais e territoriais (Caleiras, 2021; Caleiras e Carmo, 2021; Ferrão *et al.*, no prelo).

Assim, quando nos referimos a trabalhadores precários temos como pano de fundo estas transformações, que implicaram o esboroar do modelo de pleno emprego com o trabalho a tempo inteiro, permanente, seguro e com proteção social associada, bem como a emergência de novas formas de trabalho, que alteraram profundamente trajetórias de vida e que se repercutem nas desigualdades sociais. Contudo, os trabalhadores precários constituem um segmento alargado, dependente de especificidades nacionais e do modo como as diversas arquiteturas normativas concebem a distinção entre emprego precário e não precário. Além disso é, em si mesmo, um universo bastante heterogêneo.¹¹

Em Portugal estão identificadas várias modalidades de precarização que apontam para uma diversidade de situações contratuais instáveis, como contratos a termo, trabalho temporário em agências, contratos a tempo parcial involuntário, “falsos recibos verdes”, “falsos estagiários”, trabalhadores em regime de período experimental, entre outras situações (Soeiro, 2015). Neste artigo apontamos também o endurecimento das condições em que o trabalho é exercido, incluindo salário baixos, jornadas “flexíveis” e intensas, contra as quais escasseiam mecanismos institucionais de fiscalização e defesa dos trabalhadores, as dificuldades no acesso a uma proteção social, cada vez mais limitada contra despedimentos, doença ou desemprego, e ainda situações-limite de trabalho informal, completamente desprotegido.

Em suma, o trabalho precário está associado à desinserção de lógicas coletivas (Reis, 2018) e a experiências subjetivas, desfiliação social (Castel, 2000; Cingolani, 2005), “nova pobreza” laboral, desqualificação social (Paugam, 2013), ausência de proteção social ou perda de uma relação de emprego padrão (Hewison, 2016). Os próprios elementos de estruturação da experiência social são afetados na medida em que as consequências extravasam a esfera do trabalho, mergulhando os trabalhadores numa realidade totalizante, incrustada de privações, inseguranças, indefinições, instabilidades, ameaça constante de desemprego e empobrecimento (Caleiras, 2015; Carmo e Matias, 2019; Carmo e d’Avelar, 2020; Carmo *et al.*, 2021).

¹¹ Sem entrar na controversa questão relativa ao conceito de *precarizado* (Standing, 2011), não podemos deixar de aludir a quatro grandes características que surgem frequentemente associadas aos trabalhadores precários: i) insegurança no emprego (risco permanente de perder o emprego); ii) escassez ou ausência de direitos sociais (desproteção no emprego e desemprego, na doença, invalidez, velhice); iii) baixos salários (risco de privação material); iv) descontinuidades nos tempos de trabalho (alternância entre períodos de trabalho e não trabalho). Estas características materializam-se em realidades multiformes, seja o trabalho “flexível”, o trabalho dos mais jovens, com caráter temporário, parcial e que não valoriza as qualificações escolares, o trabalho na economia informal, o trabalho no setor tecnológico e das plataformas digitais, potencialmente gerador de formas de ciberproletariado (Huws, 2003).

1.1. Experiências e procedimentos metodológicos

Neste artigo, os trabalhadores são colocados no centro da discussão, remetendo para uma abordagem experiencial de proximidade ao objeto, no sentido de compreender o problema “a partir de dentro”: as dinâmicas produzidas pelos resultados conjugados de diferentes causas, distintos efeitos e diversos padrões de resposta. Uma abordagem deste tipo requer procedimentos metodológicos de natureza intensiva, que respeitem e captem a complexidade do problema. Os vínculos contratuais frágeis, baixas remunerações e fracos níveis de proteção social foram os critérios principais que presidiram à seleção da amostra, composta por 53 trabalhadores repartidos por diversos setores de atividade, segundo variáveis como território, idade, género, nível de escolaridade, nacionalidade, estado civil ou contexto de origem. Sem pretensões de representatividade ou exaustividade, a amostra foi intencionalmente contrastada e o perfil dos trabalhadores diversificado, por forma a dar conta da pluralidade de situações. Enquanto técnica de recolha de informação, através de entrevistas aprofundadas foi possível obter conhecimento experiencial junto de cada trabalhador e captar as suas subjetividades (Bourdieu, 2009; Bertaux 2020).

As entrevistas foram realizadas entre setembro de 2019 e dezembro de 2020, seguindo uma amostragem bola de neve. O trabalho de campo foi atravessado pelo eclodir imprevisto da pandemia e, conseqüentemente, a informação recolhida em dois contextos bastante distintos: antes e durante a pandemia. O cenário alterou-se radicalmente devido aos impactos imediatos da COVID-19 em termos de restrições à mobilidade e contactos sociais. Contudo, as entrevistas continuaram a ser realizadas *online*, recorrendo a aplicações e plataformas como Zoom, WhatsApp, Skype, e ainda por telefone, no que se pode designar como trabalho de campo à distância. As entrevistas, gravadas e transcritas, foram objeto de uma codificação sistemática com recurso ao MAXQDA, um *software* específico para a análise de dados qualitativos.

O guião inicial das entrevistas abrangia as seguintes dimensões de análise: 1) atividade profissional; 2) rendimento; 3) vida quotidiana e relacional; 4) posicionamento face à COVID-19; 5) enfrentamento e resposta; 6) proteção social; 7) representação das instituições, participação social e ação coletiva; 8) perceção do passado, presente e projeção do futuro. Com a emergência da pandemia, elaborou-se um guião adicional de maneira a contemplar os impactos da nova crise. No sentido de adaptar os instrumentos de pesquisa à dinâmica evolutiva da pandemia, foram selecionados 14 casos (entre os 53 entrevistados) para a constituição de um painel de *follow-up*, composto por oito homens e seis mulheres, com idades entre os 22 e os

47 anos, dos quais cinco imigrantes, ligados a setores tão diversos como o turismo e a construção civil, passando pela hotelaria, limpezas, indústria e plataformas digitais (Roque *et al.*, 2022). A seleção considerou a diversidade de situações complexas e a disponibilidade dos entrevistados.

Todos foram acompanhados sistematicamente nos primeiros seis meses da pandemia, entre março e agosto de 2020, recorrendo a meios virtuais ou telefônicos para a realização de novas entrevistas e levantamento de informações sobre como estavam a ser afetados pelas diversas restrições associadas à crise. O acompanhamento permitiu conhecer a evolução dos quotidianos e experiências do confinamento, bem como as consequências sociais e económicas mais imediatas decorrentes da pandemia.

2. Nas margens do emprego: percursos fragmentados normalizados?

Os percursos de participação no mercado de trabalho são um campo de análise privilegiado para compreender as tensões que os trabalhadores enfrentam na sua relação com o emprego (Santelli, 2019). Uma análise de conteúdo transversal a 53 percursos, reconstituídos a partir das entrevistas realizadas, permitiu observar a diversidade de situações e identificar padrões com lógicas e sentidos próprios (Carmo *et al.*, 2021).¹²

Partiu-se de um entendimento de percurso enquanto sequência diacrónica de atividades profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores ao longo do tempo, relacionando-se dois eixos: rotatividade entre empregos e modalidades de contratação. O primeiro distribui os percursos de acordo com a frequência de mudanças de emprego (da menor à maior rotação); o segundo dispõe as modalidades contratuais segundo níveis de formalização (da maior formalidade contratual à informalidade). A partir deles construiu-se uma tipologia que identifica e caracteriza quatro perfis (cf. Quadro 1).¹³

No primeiro perfil, a *continuidade enquadrada*, verifica-se uma certa estabilidade, condições contratuais relativamente seguras e com proteção social associada, correspondendo, em geral, a atividades relativamente especializadas, apesar de insuficientemente remuneradas. A integração e a progressão no mercado de trabalho permitem alguma capacidade de planeamento e confiança no futuro. Os trabalhadores conseguem desenvolver projetos de vida e revelam alguma confiança no futuro profissional e pessoal.

¹² Retoma-se a tipologia já desenvolvida (cf. Carmo *et al.*, 2021), pelo que são apenas caracterizados os quatro perfis de participação no mercado de trabalho mais salientes na amostra, em termos de tipo ideal. Entre os casos predominam aqueles que se situam em posições vulneráveis.

¹³ Os perfis são simultaneamente multidimensionais, no sentido em que atendem a várias dimensões e à relação entre elas, e longitudinais, no sentido em que captam as dinâmicas temporais. Funcionam como quadros de referência para realidades no mercado de trabalho e não como espelhos fiéis das experiências vividas, mais complexas, povoadas de singularidades e irreduzíveis.

QUADRO 1 – Perfis de percursos de participação no mercado de trabalho

		EIXO DA ROTATIVIDADE	
		Menor rotatividade	Maior rotatividade
EIXO CONTRATUAL	Com enquadramento formal	Continuidade enquadrada	Rotatividade enquadrada
	Sem enquadramento formal (ou, existindo, é muito frágil)	Continuidade não enquadrada	Rotatividade não enquadrada

Fonte: elaboração dos autores.

O segundo perfil, a *rotatividade enquadrada*, caracteriza-se pela instabilidade contratual, rotação frequente entre empregos, incluindo alterações na condição ou estatuto perante o trabalho, como sejam episódios de desemprego/inatividade ou mudanças no regime em que é exercida a profissão (trabalho dependente, trabalho autónomo). Corresponde, em geral, a empregos de baixa qualidade, trabalhos temporários, ocupações pouco qualificadas e mal remuneradas. A segurança no emprego é temporária, permitindo aceder a direitos sociais durante os períodos contratuais (patamares mínimos no montante e duração). A tendência para a rotatividade entre empregos surge com maior frequência em alguns setores ligados ao turismo (alojamento ou restauração), bem como nas limpezas, construção civil e *call centers*. Existem situações de carência material, algumas acentuadas, e as condições para planear o futuro são escassas ou nulas.

O terceiro perfil, a *continuidade não enquadrada*, caracteriza-se pela recorrência de trabalho por conta própria ou prestação de serviços, correspondente ao exercício de atividades sem vínculo de trabalho assalariado/subordinado com empregador. É patente a inconsistência entre estatuto profissional e realidade factual vivida nos casos de “falso” trabalho dependente (através de recibos verdes), uma vez que muitos desses trabalhadores estão por conta de outrem, mas sem usufruir desse estatuto, o que eleva o risco de “despedimento”, sempre presente, e limita o grau de proteção social a jusante. Em certo sentido, a ideia de continuidade é fictícia, visto que os laços laborais fracos tornam a insegurança permanente, a integração no mercado de trabalho incerta e a falta de alternativas restringe as perspetivas de um futuro melhor. Noutros casos de “verdadeiro” trabalho autónomo, mesmo quando o estatuto profissional é elevado, isso nem sempre garante estabilidade e/ou autonomia financeira, frustrando expectativas.

O último perfil, a *rotatividade não enquadrada*, é o mais problemático, pois caracteriza-se por situações em que a precariedade e a instabilidade tornam-se uma constante. A rotatividade acelerada entre atividades, muitas vezes desenvolvidas sem qualquer enquadramento contratual ou vínculo ao regime de segurança social, corresponde, em geral, a trabalhos ocasionais e voláteis, pouco qualificados, mas exigentes do ponto de vista físico. Este tipo de atividades, por necessidade ou estratégia, exercida na informalidade, é frequentemente acumulado e intercalado com períodos de desemprego/inatividade. Sem laço laboral, a insegurança é total no emprego, no desemprego e noutras eventualidades (doença, maternidade, reforma). A integração no mercado de trabalho é muito frágil, inviabiliza expectativas e pode gerar riscos sociais elevados em trabalhadores bastante vulnerabilizados, que juntam sucessivas desvantagens. As possibilidades de melhoria tendem a dissipar-se à medida que as condições precárias persistem e as consequências se tornam mais agudizadas (desqualificação, desfiliação, exclusão, empobrecimento, pobreza).

Os perfis, e suas variantes, assinalam as principais fragilidades e desigualdades entre diversos segmentos de trabalhadores, fazendo ressaltar aspetos relevantes. Desde logo, sobressaem ligações entre eles. As fronteiras não são claras e evidentes, emergindo frequentes sobreposições, interseções e interdependências. Os trabalhadores passam, assim, por várias fases ao longo do seu percurso, pelo que cada um pode ser categorizado em vários perfis.¹⁴

A pluriatividade, enquanto prática de diversas atividades remuneradas, desenvolvidas em simultâneo e ligadas a setores económicos, diferentes ou não, é uma realidade transversal.¹⁵ Implica trabalhar para vários empregadores numa situação de pluriemprego, obrigando os trabalhadores a serem “multifuncionais” e a “desdobrarem-se” por várias atividades ou empregos para complementar os seus rendimentos. Apesar do plurirrendimento, entendido como acumulação de (baixos) rendimentos provenientes das várias atividades desenvolvidas, a verdade é que as dificuldades financeiras permanecem.

A abordagem aos percursos coloca em relevo dinâmicas de instabilidade profissional e fragmentações, que se foram cristalizando sobretudo desde a crise financeira, e aponta para uma característica do mercado de trabalho à chegada da pandemia: a multiplicação, diversificação e singularização de

¹⁴ O exercício de classificação não é mutuamente exclusivo: apenas seis trabalhadores são incluídos num único perfil, enquanto 47 se incluem em pelo menos dois perfis.

¹⁵ Presente em 37 dos 53 percursos analisados.

percursos de precariedade, que tornam mais complexa não só a análise, como a implementação de políticas eficazes. As causas são estruturais e bastante palpáveis nos três últimos perfis. No perfil da *rotatividade não enquadrada* são ainda mais evidentes, pois destacam a multiplicidade de problemas de desregulação do mercado de trabalho e práticas empresariais abusivas, deixando pouca margem aos trabalhadores, que em alguns casos nem se reconhecem como sujeitos ativos do seu trabalho ou da sua própria existência.

3. Impactos e vulnerabilidades

No contexto da pandemia foram acompanhados os casos de 14 trabalhadores entre março e agosto de 2020, no sentido de verificar os efeitos e variações ocorridas nas suas vidas, com o foco em quatro dimensões principais: contratual, financeira, relacional e existencial. Pretendeu-se compreender i) como é que estes trabalhadores experienciaram a pandemia, ii) que impactos teve a situação pandémica nas práticas quotidianas, relacionais e profissionais, e iii) que estratégias de (sobre)vivência desenvolveram.

3.1. Dimensão contratual: exclusão laboral

As primeiras vítimas laborais da COVID-19 foram os “desempregados imediatos” (Caleiras e Carmo, 2020), que compreendem aqueles inseridos nos perfis da *rotatividade enquadrada*, *continuidade não enquadrada* e, sobretudo, da *rotatividade não enquadrada*. Situados em posições mais vulneráveis em função das condições contratuais débeis, instáveis ou simplesmente inexistentes, como os informais, foram dispensados logo na primeira vaga da pandemia, encontrando-se vários deles completamente desprotegidos, assim como outros que não tiveram os seus contratos renovados ou encerraram o seu pequeno negócio.

Júlio,¹⁶ motorista TVDE,¹⁷ é um exemplo. Exercia a sua atividade laboral através da figura do falso trabalhador independente, ou seja, por conta de outrem, limitando-se “a passar recibos pelos ganhos à comissão”. Com o confinamento, o exercício da atividade foi temporariamente suspenso e deixou de “poder trabalhar”. Ficou “desempregado, desamparado e sem subsídio de desemprego”. Mais tarde, contactado no âmbito do *follow-up*, Júlio permanecia profissionalmente “estagnado e confinado em casa da

¹⁶ Os casos discutidos nesta secção, que participaram do painel de *follow-up*, são identificados por nomes fictícios, de modo a garantir o anonimato.

¹⁷ Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica. A atividade profissional associada a cada entrevistado refere-se à última ocupação exercida antes do confinamento.

[sua] mãe”, com quem reside. Esta situação já tinha sucedido na sua vida, quando a crise da Troika o lançou no desemprego.

No final de 2014, a empresa [de publicidade] entrou em insolvência e acabou por falir. Vim para a rua em 2015. A empresa não aguentou a crise, a Troika acabou com ela. Estive no desemprego e depois, sem alternativa, tornei-me motorista da Uber em 2019. A seguir veio a pandemia, a atividade parou e fiquei sem rendimentos. (Júlio, 48 anos, motorista TVDE)

No contacto de maio de 2020, passara “a receber o apoio extraordinário aos trabalhadores independentes, 360 euros por mês, com efeitos desde março”, um apoio que o governo implementou na tentativa de cobrir situações de “desproteção social”.

3.2. Dimensão financeira: quebra de rendimentos

O impacto mais imediato da pandemia foi a perda do rendimento do trabalho, ainda que baixo e incerto. Jonas é um jovem de 22 anos, pluriativo, cujos rendimentos eram diversificados para fazer face às despesas. Era condutor de *tuk-tuk* em Lisboa, atividade principal, mas também realizava biscates como artista de rua (malabares) e apanhador sazonal de fruta, incluindo no estrangeiro, tendo já trabalhado no setor da construção e em feiras. Tratava-se de um trabalhador informal, “à jorna” que recebe “ao dia, em dinheiro”. A pandemia vulnerabilizou-o, privando-o deste modo de vida, de trabalhos essenciais para compor os seus rendimentos que, embora de baixo valor, eram suficientes para manter o seu “equilíbrio precário”. Com as restrições à mobilidade, e o impacto no turismo, Jonas ficou sem trabalho e a sua situação financeira agravou-se. Foi “forçado” a regressar e confinar “em casa dos pais”, o seu “porto de abrigo”, onde regressa sempre que passa por dificuldades.

É uma situação muito complicada mesmo! Recebia mais ou menos 20 euros, 30 euros por dia. Recebia diariamente em dinheiro e não um cheque ao final do mês. Agora não posso trabalhar em nada e tenho uma conta bancária que está a zeros. (Jonas, 22 anos, condutor de *tuk-tuk*)

Jonas não foi elegível para o apoio extraordinário aos trabalhadores independentes, nem teve qualquer outro apoio institucional. Viu-se confrontado com dificuldades financeiras que incidiram na sua qualidade de vida. Em agosto de 2020, o seu futuro permanecia incerto, colocando a hipótese de emigrar “mal isto acabe e as fronteiras reabram”. Os sentimentos

de mal-estar agravaram-se face à incapacidade financeira para cumprir compromissos assumidos e à consequente dependência económica dos pais, o que remete para outro conjunto de impactos.

3.3. Dimensões relacional e existencial: impactos subjetivos

Os impactos de natureza subjetiva não podem ser compreendidos sem ter em conta as atitudes face ao trabalho, marcadas (ainda) por uma forte ética do trabalho. Os percursos analisados revelam que o trabalho, nas dimensões instrumental e expressiva, mantém uma centralidade subjetiva, independentemente da avaliação negativa das condições objetivas em que é exercido e remunerado, como no caso dos estafetas. A pandemia contribuiu para reforçar esse lugar central do trabalho, a sua importância, individual e coletiva, bem como a proteção social associada.

Estou sempre a falar de recibos verdes. Só tive um contrato [na vida]. Gostava de ter tido outras condições de trabalho. Estive muito tempo a trabalhar com uma companhia de teatro e achava que deveria ter um contrato de trabalho, que deveria ter direito agora a subsídio de desemprego. Pois, faço confinamento e quem é que me paga? Eu sou recibo verde! Se não vou trabalhar, não vou receber. (Gilberto, 49 anos, ator/encenador)

Gostaria de vir a receber reforma. Por isso é que estou a batalhar tanto para ter um contrato de trabalho! Por isso é que não quero trabalhar sem descontar! Depois do confinamento, o meu futuro ideal seria encontrar um trabalho que goste. Até pode ser nos *tuk-tuk*, ou outra coisa, mas onde me contratem e valorizem. (Catarina, 47 anos, condutora de *tuk-tuk*)

A rutura com a normalidade não pode deixar de ser vivida de forma intensa, agudizando-se com o “anormal” prolongamento da situação pandémica. Numa relação estreita com os impactos mais objetivos e materiais, o primeiro confinamento produziu elevados níveis de incerteza económica e as condições de insegurança quanto ao futuro geraram o adiamento ou inviabilização de projetos, frustrando expectativas. Alguns trabalhadores viram-se numa teia de vulnerabilidades: socioeconómicas (sem rendimento, com problemas habitacionais, de saúde mental, desinteresse pela participação social e cívica); políticas (individualismo, perda de poder sindical que os defendia); institucionais (falta ou atraso nas respostas das instituições que regulam o mundo do trabalho e permitem o acesso a um conjunto de direitos sociolaborais); e identitárias (sentimentos de rutura, fracasso e sofrimento). Quando cruzadas, estas vulnerabilidades colocam em risco a própria existência social.

Sinto que a vida passa muito rápido e que não consigo viver. Estou sempre à procura de mecanismos para sobreviver nesta selva. Não tenho estabilidade, não tenho segurança, não me deixam viver, não domino todos os momentos da minha vida, todo o meu tempo. Não me dá esperança de futuro. (Elvira, 44 anos, advogada)

À luz deste testemunho, entre outros, as consequências da crise não podem deixar de estar fortemente associadas ao agravamento de situações de risco social que, no limite, se tornam verdadeiros dramas pessoais e familiares (Caleiras, 2015; Carmo e Matias, 2019; Carmo e d’Avelar, 2020; Carmo *et al.*, 2021).

4. Formas de enfrentamento

O *follow-up* e as entrevistas revelaram não só o modo como a pandemia afetou meios de subsistência ou alterou quotidianos relacionais e existenciais, mas também ilustram a forma como os trabalhadores precários fizeram face à situação. Nas diferentes formas de adaptação, a mobilização de saberes, as experiências múltiplas anteriores e as redes sociais foram essenciais na definição dos cursos de ação e enfrentamento de situações críticas.

As estratégias acionadas foram diversas. Restringir as despesas ao estritamente necessário foi a mais imediata das reações, numa lógica de reaproveitamento ou consumo racionado, levado a cabo sobretudo entre os mais velhos, que já vivenciaram contextos de privação. Às restrições associaram-se pequenas atividades, bastante voláteis, desenvolvidas, por exemplo, nos mercados virtuais da internet¹⁸ e que geraram algum dinheiro para a sobrevivência. Foi o caso de Jonas que, no segundo contacto de acompanhamento, nos disse ter começado a dar “aulas *online* de inglês”. Os apoios institucionais representaram outro recurso possível. Porém, nem todos os trabalhadores foram elegíveis, devido ao percurso profissional intermitente, irregular ou informal, que não garante proteção social, ou porque não reuniam um ou outro critério seletivo. Algumas pessoas lançaram mão a poupanças próprias, quando existiam; os mais jovens tenderam a recorrer à família, sobretudo aos pais, em busca de ajuda financeira. Júlio, por exemplo, apesar de mais velho, recorreu “ao habitual apoio da mãe, reformada e viúva”. Jonas também procurou o suporte dos pais. Outros buscaram nos amigos apoio material e emocional, ou mesmo com a intenção latente de “procurar qualquer biscoito que eventualmente possa surgir”.

¹⁸ Entendidos como estruturas baseadas no digital.

Estar preso em casa é psicologicamente bastante afetante para a família. Gosto muito dos meus pais. Estava tudo a funcionar muito bem enquanto eu estava a trabalhar o dia todo e nos víamos algumas vezes ao dia. De repente, a gente estar na mesma casa o tempo todo é bastante difícil. Mas tenho comida. Tenho dependido quase a 100% dos meus pais e até a comida da minha cadela tem dependido deles. (Jonas, 22 anos, condutor de *tuk-tuk*)

É uma grande indefinição sobre o futuro. Tinha contrato a tempo parcial e isso foi uma das razões que agora me complicou a vida, porque não tenho dias suficientes para o subsídio de desemprego. Neste momento estou mesmo dependente da minha mãe, aposentada. Ela tem uma reforma razoável e tem-me apoiado. (Herculano, 41 anos, condutor de *tuk-tuk* e *freelancer* cinematográfico)

As práticas de adaptação e enfrentamento não se manifestam apenas através dos esforços individuais ou familiares; também com esforços conjuntos, sob a forma de solidariedades mais alargadas ou ações coletivas. Isso foi verificado entre moradores do mesmo bairro e entre trabalhadores/ /colegas do mesmo setor de atividade.

Tive muitos amigos que foram dispensados. Eu continuei trabalhando nas obras para a empresa e, no fim de semana, numa obra que faço por conta própria. Chamei alguns amigos que foram dispensados para trabalhar comigo, porque estavam sem dinheiro. A um amigo mais próximo fiz compras no supermercado. Não foi muito, depois ele paga quando puder. (Adalberto, 33 anos, trabalhador da construção civil)

Elvira também referiu que uma parte dos seus colegas de profissão ficou sem rendimentos e teve mesmo de lidar com situações de “fome”.

Lancei um movimento e fiz uma comunicação nas redes sociais aos colegas: “Meus senhores, há colegas a passar fome. Eu quero que comecem a doar bens, quem pode. Bens alimentares, não queremos dinheiro. Temos colegas a passar fome, somos advogados, somos agentes de execução, somos solicitadores, ninguém nos ajuda, mas não vamos deixar os nossos pares ficarem mal”. Fiquei agradavelmente surpreendida, houve uma adesão grande. (Elvira, 44 anos, advogada)

A suspensão da vida social e económica habitual provocou um aumento da instabilidade e da vulnerabilidade social. Vários trabalhadores incluídos sobretudo no perfil de *rotatividade não enquadrada* não se sentiram apenas mais desprotegidos, ficaram efetivamente mais desprotegidos, o que desencadeou entre eles a proliferação de sentimentos de insegurança

e medo de vária ordem. Alguns poderão ser propiciadores de anomia social ou de processos de desligamento e desfiliação social (Castel, 2000). Desligamento no sentido em que os quadros de interação social cessaram de se desenvolver nos contextos habituais de sociabilidade. Os laços físicos com o outro próximo foram-se perdendo e isso funcionou, por si só, como fator destruturador. A desfiliação pode acontecer quando se aliam ao isolamento outras fragilidades sociais e económicas vindas de trás.

Rita, imigrante, trabalhava em regime de recibos verdes na limpeza de apartamentos de alojamento local Airbnb.¹⁹ O confinamento levou ao cancelamento das reservas, colocando-a numa situação de vulnerabilidade extrema.

Não imaginava que tudo iria desmoronar-se. No final de fevereiro [de 2020] já tínhamos cancelamentos de reservas com a justificativa da COVID-19. O governo decretou o Estado de Emergência, então parou tudo. Não surgiu mais trabalho. Era recibo verde, aí não tem subsídio de desemprego. E solicitei esse apoio [Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores]. Não tenho expectativa de receber e não sei como será. (Rita, 47 anos, empregada de limpeza)

No entanto, a maioria dos trabalhadores acompanhados recusa assumir-se como pobre, apesar das grandes dificuldades financeiras. O que prevalece é uma visão de pobreza confinada à pobreza extrema: não ter “como pagar as contas”, “um teto para morar”, “uma sopa para comer”, “saúde para trabalhar”.

Repare uma coisa, eu não sou pobre no sentido em que acabei de pagar as minhas contas todas, mas não faço ideia do que é que me vai acontecer para a frente. (Catarina, 47 anos, condutora de *tuk-tuk*)

Conclusão

Ao longo do artigo mostrámos como vários trabalhadores experienciaram os primeiros meses da pandemia. A análise focou-se nas categorias mais vulneráveis, ou seja, nos trabalhadores precários e desprotegidos. A vulnerabilidade, vinda de trás, explica-se quer pela natureza frágil dos percursos de participação no mercado de trabalho, quer pela falta de oportunidades de empregos de qualidade, justamente remunerados e com proteção social. Os mais frágeis foram os que mais sofreram; a pandemia revelou-o, reforçando as desigualdades, mas também realçando a importância do papel e funções do Estado social.

¹⁹ Serviço *online* que permite anunciar e reservar hospedagem.

O confinamento teve impactos profundos na vida destes trabalhadores. Muitos, sem vínculos contratuais fortes, perderam o emprego, ou semiemprego, de imediato, apesar das medidas significativas de apoio à manutenção dos postos de trabalho. Experimentaram uma quebra quase total e repentina nos rendimentos habituais, por vezes provenientes da pluriatividade, crucial na recomposição dos baixos rendimentos. Além de se encontrarem desprotegidos nas margens do emprego, ficaram, nos meses iniciais da pandemia, também completamente desprotegidos no desemprego e sem acesso a apoios institucionais, que viriam a surgir posteriormente, como o Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores. Mas os impactos não podem ser reduzidos a dimensões materiais, como a perda do emprego, de rendimento e de redução do padrão de consumo, pois outras esferas da vida, menos visíveis, foram igualmente “contaminadas”. Uma abordagem compreensiva e dinâmica bem como o acompanhamento de situações concretas permitiram trazê-las à luz do dia: o isolamento, um certo deslaçamento social (não inteiramente compensado pelos meios virtuais e digitais), o sofrimento, as alterações no quotidiano, que afetaram dimensões subjetivas, relacionais e existenciais.

Apesar das dificuldades, estes trabalhadores, por vezes esquecidos e invisibilizados (Caleiras *et al.*, 2022), tiveram de encontrar formas de enfrentar todo um conjunto de problemas. Apelando a saberes e experiências, alguns procuraram alternativas de rendimento nos mercados virtuais da internet, outros continuaram a trabalhar em contextos de risco de contaminação; alguns foram elegíveis para apoios institucionais, outros não; poucos recorreram a poupanças próprias, porque a maioria não as possuía. Em geral, todos puderam contar com familiares e amigos, ainda que à distância. As práticas de enfrentamento manifestaram-se ainda através de esforços coletivos e solidariedades mais alargadas, como a entreatajuda de vizinhos ou colegas de trabalho.

Este artigo remete para uma reflexão mais ampla sobre o processo de precarização do trabalho, as dinâmicas institucionais em que ele se desenvolve e cristaliza, e os riscos que comporta, caso não se adotem políticas adequadas. Uma sociedade decente não pode ser tolerante com a extensão da instabilidade dos vínculos laborais, baixos salários, processos de vulnerabilização e desqualificação, empregos ou semiempregos sem perspectiva de crescimento profissional e pessoal, baixos níveis de proteção social e de qualidade de vida.

Todavia, ao contrário da crise financeira anterior, esta crise destacou o papel positivo que as políticas públicas podem e devem desempenhar, bem como o reconhecimento do papel necessário do Estado face à verdadeira

extensão da pandemia, ainda por descortinar inteiramente, e ao seu impacto desigual. É ainda cedo para concluir como poderão algumas medidas emergenciais *bad hoc* ser transformadas em medidas estruturais e mais adaptadas a todas as categorias de trabalhadores. Mas um caminho possível, entre vários, poderá passar por colocar estas experiências no centro da conceção e implementação das políticas e programas específicos, em conjunto com outras estratégias económicas, reconhecendo desvantagens, desigualdades e variações. Se as políticas não forem adaptadas à diversidade de situações – tal como aquelas demonstradas neste artigo –, as medidas tipo “tamanho único” continuarão a deixar para trás os mais desfavorecidos.

Revisto por Ana Sofia Veloso

Referências bibliográficas

- Almeida, João Ramos de (2021), “À saída da pandemia: precariedade, baixos salários e estagnação”, *Barómetro das Crises*, n.º 24. Consultado a 03.01.2022, em https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/24saida_da_pandemia_02122021_final.pdf.
- Bertaux, Daniel (2020), *As narrativas de vida*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Bourdieu, Pierre (2009), *O senso prático*. Petrópolis: Editora Vozes. Tradução de Maria Ferreira.
- Caleiras, Jorge (2015), *Para lá dos números. As consequências pessoais do desemprego*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caleiras, Jorge (2021), “Pandemia e desigualdades no emprego: que políticas para uma recuperação sustentável?”, in Renato Miguel do Carmo; Inês Tavares; Ana Filipa Cândido (orgs.), *Que futuro para a igualdade? Pensar a sociedade e o pós-pandemia*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, 27-42. Consultado a 03.01.2022, em https://www.observatorio-das-desigualdades.com/observatoriodasdesigualdades/wp-content/uploads/2022/02/Que-Futuro-para-a-Igualdade_Pensar-a-Sociedade-e-o-Po%CC%81s-pandemia.pdf.
- Caleiras, Jorge; Caldas, José Maria Castro (2017), “Emprego e desemprego: o que mostram e o que escondem as estatísticas?”, in Manuel Carvalho da Silva; Pedro Hespanha; José Maria Castro Caldas (orgs.), *Trabalho e políticas de emprego: um retrocesso evitável*. Coimbra: Actual Editora, 197-243.
- Caleiras, Jorge; Carmo, Renato Miguel do (2020), “O regresso do desemprego massivo?”, *Estudos CoLABOR*, 1. Consultado a 20.12.2021, em https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/04/CoLABOR_Estudos_CoLABOR_1.pdf.
- Caleiras, Jorge; Carmo, Renato Miguel do (2021), “As recentes dinâmicas sociais e territoriais do (des)emprego: assimetrias, desafios e políticas”, in Nuno Crespo; Nádia Simões (orgs.),

- Mercado de trabalho em Portugal: do teletrabalho ao salário mínimo*. Lisboa: Edições Almedina, 281-295.
- Caleiras, Jorge; Carmo, Renato Miguel do (2022), *A articulação das políticas de emprego e de proteção em Portugal: cinco décadas de movimentos nem sempre virtuosos*. Lisboa: Ebooks CoLABOR. Consultado a 02.09.2022, em <https://colabor.pt/publicacoes/a-articulacao-das-politicas-de-emprego-e-de-protecao-em-portugal/>.
- Caleiras, Jorge; Carmo, Renato Miguel do; Roque, Isabel; Assis, Rodrigo (2022), “Pandemia, serviços públicos e trabalhadores vulneráveis em Portugal: uma relação ambivalente?”, *Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 4(00), e022003. <https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.16528>
- Carmo, Renato Miguel do; Cantante, Frederico (2015), “Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, 33-51.
- Carmo, Renato Miguel do; Matias, Ana Rita (2019), *Retratos da precariedade. Quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Carmo, Renato Miguel do; d’Avelar, Maria Madalena (2020), *A miséria do tempo. Vidas suspensas pelo desemprego*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Carmo, Renato Miguel do; Caleiras, Jorge; Roque, Isabel; Assis, Rodrigo (2021), *O trabalho aqui e agora. Crises, percursos e vulnerabilidades*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Castel, Robert (2000), “The Roads to Disaffiliation: Insecure Work and Vulnerable Relationships”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 24(3), 519-535.
- Cingolani, Patrick (2005), *La précarité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Costa, Hermes Augusto; Dias, Hugo; Soeiro, José (2014), “As greves e a austeridade em Portugal: olhares, expressões e recomposições”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 173-202.
- Estanque, Elísio (2014), “Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 53-80.
- Ferrão, João; Pinto, Hugo; Caldas, José Maria Castro; Carmo, Renato Miguel do (no prelo), “Vulnerabilidades territoriais, pandemia e emprego: uma análise exploratória de perfis socioeconómicos municipais e impactos da COVID-19 em Portugal”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*.
- Gialis, Stelios; Leontidou, Lila (2016), “Antinomies of Flexibilization and Atypical Employment in Mediterranean Europe: Greek, Italian and Spanish Regions during the Crisis”, *European Urban and Regional Studies*, 23(4), 716-733.
- Hewison, Kevin (2016), “Precarious Work”, in Stephen Edgell; Heidi Gottfried; Edward Granter (orgs.), *The Sage Handbook of Sociology of Work and Employment*. London: Sage, 428-443.
- Huws, Ursula (2003), *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World*. New York: Monthly Review Press.

- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional (2020), *Informação mensal do mercado de emprego*. Lisboa: IEFPP.
- ILO – International Labour Office (2015), *Global Employment Trends for Youth 2015: Scaling Up Investments in Decent Jobs for Youth*. Geneva: ILO. Consultado a 04.01.2022, em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_412015.pdf.
- ILO – International Labour Office (2018), *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*. Geneva: ILO. Consultado a 04.01.2022, em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf.
- ILO – International Labour Office (2021a), *ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work, Seventh edition, Updated estimates and analysis*, 25 de janeiro. ILO. Consultado a 05.01.2022, em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf.
- ILO – International Labour Office (2021b), *World Employment and Social Outlook: Trends 2021*, 2 de junho de 2021. ILO. Consultado a 05.01.2022, em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/--publ/documents/publication/wcms_795453.pdf.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2021), *Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida*, 2 de fevereiro. Consultado a 05.01.2022, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=415333651&DESTAQUESTema=00&DESTAQUESmodo=2.
- Kretsos, Lefteris (2010), “The Persistent Pandemic of Precariousness: Young People at Work”, in Joerg Tremmel (org.), *A Young Generation Under Pressure? The Financial Situation and the “Rush Hour” of the Cohorts 1970-1985 in a Generational Comparison*. Heidelberg: Springer, 3-22.
- Lefresne, Florence (2005), “Les politiques d’emploi et la transformation des normes: une comparaison européenne”, *Sociologie du Travail*, 47(3), 405-420.
- Mamede, Ricardo Paes; Pereira, Mariana; Simões, António (2020), *Portugal: uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*. Lisboa: OIT.
- Marques, Paulo; Guimarães, Rita (2021), “Emprego”, in Ricardo Paes Mamede; Pedro Adão e Silva (orgs.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2021: Governar em Estado de Emergência*. Lisboa: ISCTE.
- Martins, Fernando; Seward, Domingos (2020), “A medição da subutilização no mercado de trabalho: uma análise empírica para Portugal”, *Revista de Estudos Económicos*, 6(2), 53-77.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development (2016), *Society at a Glance 2016: OECD Social Indicators*. Paris: OECD Publications.
- Paugam, Serge (2013), *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Piasna, Agnieszka (2018), “Qualidade no emprego: uma reflexão urgente”, *Febase*, 80, 18-21.
- Pinsker, Joe (2020), “The Pandemic Will Split the United States in Two”, *The Atlantic*, 10 de abril. Consultado a 07.01.2022, em <https://www.theatlantic.com/family/archive/2020/04/two-pandemics-us-coronavirus-inequality/609622/>.
- Reis, José (2018), *A economia portuguesa: formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra: Almedina.
- Roque, Isabel; Carmo, Renato Miguel do; Assis, Rodrigo; Caleiras, Jorge (2022), “Precarious Work and Intermittent Life Trajectories in a Portuguese Gig Economy”, *Journal of Labor and Society*, publicado *ahead of print* a 22 de junho. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10075>
- Santelli, Emmanuelle (2019), “L’analyse des parcours. Saisir la multidimensionalité du social pour penser l’action sociale”, *Sociologie*, 2(10), 153-171.
- Santos, Boaventura de Sousa (2020), *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sennett, Richard (1998), *The Corrosion of Character*. New York: W. W. Norton.
- Soeiro, José (2015), “A formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal”. Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Standing, Guy (2011), *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic.
- Tavares, Inês; Cândido, Ana Filipa; Caleiras, Jorge; Carmo, Renato Miguel do (2021), *Desemprego em 2020. Impactos da pandemia, mapeamentos e reflexões*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Structure and Income Distribution*. New York: Academic Press.

Jorge Caleiras

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES-Iscte
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
Contacto: Jorge.Caleiras@iscte-iul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0697-0513>

Renato Miguel do Carmo

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES-Iscte
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
Contacto: Renato.Carmo@iscte-iul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0052-4387>

Isabel Roque

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: isabelroque@ces.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8581-5177>

Rodrigo Vieira de Assis

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES-Iscte
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal
Contacto: rodrigo.assis@iscte-iul.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6244-4342>

Artigo recebido a 09.01.2022

Aprovado para publicação a 07.06.2022

<https://doi.org/10.4000/rccs.13518>



On the Margins of Employment, in the Centre of the Pandemic: Experiences of Unprotection and Social Vulnerability in the Great Lockdown

Permanent insecurity and social deprotection have become structural in the labour market. The COVID-19 pandemic revealed and aggravated these processes, which are at the origin of the accumulation of multiple socio-economic, relational and existential vulnerabilities. The lockdown period led to situations of labour stagnation. Inequalities and vulnerabilities, still arising from the Great Recession, were aggravated through the social dichotomy between those workers considered as either essential or non-essential. The article analyses the recent dynamics of this phenomenon from the life trajectories of workers in Portugal. Based on their experiences, collected from 53 in-depth interviews and a follow-up of 14 cases during the pandemic, it is aimed at reflecting on the

En marge de l'emploi, au centre de la pandémie : expériences de non-protection et de vulnérabilité sociale durant le Grand Confinement

L'insécurité permanente et la non-protection sociale sont devenues structurelles sur le marché du travail. La pandémie de COVID-19 a révélé et aggravé ces processus, qui sont à l'origine de l'accumulation de multiples vulnérabilités socio-économiques, relationnelles et existentielles. La période de confinement a conduit à des situations de stagnation du travail et les inégalités et vulnérabilités, qui découlent encore de la Grande Récession, ont été aggravées par la dichotomie sociale entre les travailleurs considérés comme essentiels et non essentiels. L'article analyse les dynamiques récentes de ce phénomène, à partir des trajectoires de vie de travailleurs au Portugal. À partir de leurs expériences, recueillies au moyen de 53 entretiens approfondis et d'un suivi de 14 cas pendant la pandémie, on vise à réfléchir aux

multidimensional effects that emerge from these trajectories of participation in the labour market.

Keywords: life trajectories; pandemic; precarious work; public policies; social protection.

effets multidimensionnels qui émergent des trajectoires de participation de ces personnes sur le marché du travail.

Mots-clés: pandémie; politiques publiques; précarité du travail; protection sociale; trajectoires de vie.